Introdução

O senso comum em torno da importância da educação básica para o trabalhador tem como pano de fundo as transformações por que passa o sistema capitalista contemporâneo e a necessidade de se contar com uma força de trabalho mais integrada ao sistema produtivo. A educação é vista como um componente importante para o desempenho econômico das empresas e dos países e para a inserção dos agentes sociais no mercado de trabalho, apesar de os estudos mostrarem que muitas vezes a qualificação de empregados e desempregados se equivale e que há uma tendência ao uso decrescente da força de trabalho.

No entanto, a realidade não inibe o discurso que vincula o sucesso na obtenção de uma posição no mercado de trabalho ao investimento individual em educação, e os indivíduos se veem premidos a procurarem algum tipo de educação que afaste o fantasma do desemprego ou que lhes possibilitem o desenvolvimento de alguma atividade legal geradora de renda.

Entretanto, apesar de responder por cerca de 87 % das matrículas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o sistema público de ensino não atende à necessidade da maioria da população. Isto porque a ampliação do acesso ao sistema não conseguiu garantir a qualidade do ensino ofertado, muito menos uma dotação orçamentária adequada.

A descentralização promovida pela reforma da educação básica concentrou nas mãos do Governo Federal as principais decisões sobre o formato do sistema e a avaliação dos alunos e transferiu para os Estados e Municípios a responsabilidade por sua implementação, sem, contudo, prever uma transferência de recursos condizente com as novas responsabilidades.

E se, em um primeiro momento, as ações governamentais estiveram focalizadas na ampliação do acesso e da permanência dos discentes no Ensino Fundamental, nos últimos anos a reestruturação da educação profissional e tecnológica e a democratização do acesso ao ensino superior passaram a integrar a agenda governamental.

É importante salientar que a inadequação dos recursos financeiros destinados ao sistema público de ensino não é específica do momento atual, mas um fator recorrente das políticas públicas voltadas para o setor. A resposta dos diferentes governos às pressões populares por ampliação do sistema sempre teve como contrapartida uma política de educação subordinada à racionalidade econômica e às expectativas de desempenho econômico do país. Os problemas do sistema de ensino seriam resolvidos à medida que os resultados econômicos previstos fossem alcançados.

Com a reforma de ensino dos anos 1990 não foi diferente. O sistema público de ensino finalmente se tornou um sistema de massa sem que os recursos materiais e humanos necessários para a oferta de um ensino de qualidade fossem previstos. Mais uma vez a qualidade do sistema foi transferida para o futuro, só que sob novas condições sociais, políticas e econômicas. O país se democratizou e foram os governos eleitos pelo voto popular que ajustaram o sistema público de ensino ao prisma da racionalidade neoliberal.

Um dos *slogans* do governo militar dirigido a crianças e jovens era: *vocês são o futuro do Brasil.* E o futuro era descrito como brilhante: o país vinha mantendo um ritmo de crescimento impressionante, industrializava-se, ampliava o acesso das camadas populares à educação, etc. Enfim, o país se modernizava (ou era "modernizado") de cima para baixo. Era a tentativa de realizar o mito do Brasil Grande.

A mensagem subliminar desse *slogan*, numa incorporação da teoria do capital humano, era de que aqueles que se dedicassem aos estudos

e acreditassem no país (não democrático) teriam a sua frente um futuro luminoso (apesar de o fordismo já mostrar sinais de esgotamento nos países centrais). Podemos dizer que toda uma geração cresceu embalada pelo mito revisitado do Brasil Grande: grandes obras cortavam o país, impulsionadas pelo endividamento externo e por um contexto político que não abria espaço para o debate público sobre o destino do país.

O rodízio de poder entre os militares, as tentativas de controle das eleições legislativas, a censura, o *Brasil ame-o ou deixe-o*, a anistia, as greves do ABC paulista, etc., são alguns dos fatos que se consubstanciaram como pano de fundo da geração que nasceu após o golpe de 1964, independente do posicionamento político dos atores individualmente, já que são contemporâneos a esta geração.

Essa mesma geração viveu a redemocratização do país, o retorno de lideranças que não conheceu e o arrefecimento das expectativas de um futuro luminoso (o bolo em vez de crescer parecia encolher cada vez mais). O caminho apontado para retomar este futuro era criar condições que viabilizassem o crescimento econômico. Assim, *pari passu* com a redemocratização do país, buscou-se, por tentativa e erro, uma série de planos econômicos que recolocassem o país nos trilhos do crescimento econômico.

O país, que sempre fora pobre e desigual, a despeito de suas exaltadas riquezas naturais, passa a conviver com o desemprego de massa nos centros urbanos e com um índice de desenvolvimento humano comparável ao observado em países africanos, não obstante estar entre as 20 principais economias do mundo.

Essa contradição faz com que o Brasil mantenha a maioria da população alijada do processo socioeconômico e da conquista de uma cidadania efetiva. Muitos indivíduos não têm registro de nascimento ou qualquer documento que comprove sua existência, outros sobrevivem graças aos programas governamentais de renda mínima. Para a maioria dos brasileiros, a cidadania e a própria contemporaneidade são um vir a ser.

Entretanto, esse quadro parece não abalar aqueles que veem na melhoria do patamar educacional dos trabalhadores brasileiros a panaceia para que os problemas socioeconômicos do país sejam, senão sanados, pelo menos atenuados.

Todavia, ao discurso de valorização da educação se contrapõe o da otimização dos recursos do fundo público. A utilização racional de recursos públicos (principalmente os vinculados às políticas sociais) se articula com a concepção neoliberal de público e se faz presente nas ações que o governo brasileiro vem empreendendo, desde a década de 1990, visando a adequar o Estado ao pensamento neoliberal, o qual atribui a crise do sistema capitalista à inoperância do Estado e às políticas sociais do Estado Providência.

No campo das políticas públicas, a adequação do Estado brasileiro se traduziu e se traduz no redimensionamento do papel do Estado, que diminui do ponto de vista das políticas sociais, mas se mantém grande na atenção aos interesses do capital. Em uma perspectiva operacional, podemos dizer que este redimensionamento se materializa nas ações governamentais voltadas para as privatizações de ativos públicos (ontem as privatizações de bancos, estatais, etc.; hoje, as parcerias público-privadas), para a criação de agências reguladoras, para a diminuição da estrutura administrativa estatal (privatizações, terceirização de serviços, reforma administrativa, etc.) e para o desmantelamento das políticas sociais vinculadas ao Estado Providência (reformas trabalhista, previdenciária, da educação, etc.). Vale destacar que os ajustes nas políticas sociais estão sendo efetuados de maneira gradual e parcial, e que isto dificulta uma visão de conjunto por parte da população acerca das reformas que vêm sendo realizadas.

Mas, mesmo que não tenha uma compreensão total dos meandros das reformas que estão sendo implementadas, a população sabe que o mercado de trabalho está elevando seus critérios de seleção para o emprego e que uma certificação escolar é um requisito importante na disputa por uma posição neste mercado.

A reforma do Ensino Médio Técnico pode ser lida como uma tentativa do governo de, a um só tempo, racionalizar os recursos do fundo público e atender a demanda da população por ampliação do acesso ao sistema de ensino. O argumento central dos reformadores para desvincular o Ensino Médio do ensino técnico foi o de que não havia interesse dos alunos das camadas médias pelo ensino técnico. Efetuada a cisão, estes alunos tenderiam a se concentrar no Ensino Médio, deixando as

vagas do ensino técnico federal disponíveis para os alunos das camadas populares. Desse modo, a reforma não só democratizaria o acesso destes últimos a um Ensino Médio Técnico de qualidade na rede federal de ensino, como otimizaria os recursos do fundo público, já que estes alunos, por conta de sua condição socioeconômica, tenderiam a se direcionar para o mercado de trabalho e não para o ensino superior, ao contrário dos alunos das camadas médias.

Assim, mais uma vez, o caso singular das escolas técnicas federais serve de base para uma reforma de ensino. O Ensino Médio Técnico é reconfigurado, e os cursos médio e médio técnico dotados de autonomia curricular. O Decreto nº 2.208/97 é o marco legal da reforma e lança as bases para que novas formas de articulação entre educação básica e educação profissional se instalem.

A nosso ver, a existência de escolas técnicas privadas seria um indicativo não só do interesse das camadas médias pelo ensino técnico, como da fragilidade do argumento utilizado pelos reformadores. A arquitetura da reforma, que dotou os cursos com matrículas e cargas horárias distintas, é que representaria o verdadeiro obstáculo aos alunos interessados em cursar o ensino técnico, pois estes teriam que despender mais tempo e esforço para concluir o ensino técnico em concomitância com o Ensino Médio.

Mas, mesmo sob essas condições, será que a reforma propiciou a democratização do acesso das camadas populares ao ensino técnico da rede federal? Para responder a esta questão, elegemos como campo de análise os principais afetados pela reforma: os alunos. Durante o mês de setembro de 2006, realizamos uma pesquisa quantitativa com alunos do terceiro ano do Ensino Médio de três escolas técnicas da região metropolitana do Rio de Janeiro, uma privada e duas integrantes da rede federal. A opção por alunos do terceiro ano se deu porque eles haviam ingressado nestas escolas nas condições postas pelo Decreto nº 2.208/97.

Este livro é fruto dessa pesquisa. Consideramos que pensar a Reforma do Ensino Médio Técnico nos ajuda a compreender a configuração atual da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e seu processo de expansão e interiorização ancorado na integralização de Escolas Técnicas Federais, Colégios e es-

colas agrotécnicas, CEFETs, etc., aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Destacamos que, se do ponto de vista da educação profissional de nível médio, a ampliação da RFEPCT representa um avanço em relação à reforma dos anos 1990, por outro lado a referenda, posto que se assenta praticamente sobre a mesma legislação infralegal que a respaldou e estabelece um novo modelo institucional na figura dos Institutos Federais.

Os Institutos Federais são instituições de ensino superior que têm como atribuição legal a oferta de cursos de educação profissional de nível básico e médio (50 % das vagas), licenciaturas (20 % das vagas), cursos superiores de tecnologia, etc.

É importante salientar que consideramos a expansão e interiorização da RFEPCT uma iniciativa profícua e que potencialmente pode contribuir para o processo de democratização do ensino e de desenvolvimento local. Haja vista que a interiorização está viabilizando que populações rurais, antes apartadas do acesso a um ensino público de qualidade, passem a ter contato com outra realidade educacional. Isto seguramente proporcionará a este contingente populacional outro referencial de educação pública.

O que queremos ressaltar é que os Institutos Federais se distanciam do modelo de escolas e colégios técnicos e agrotécnicos construídos ao longo do século passado não só pela diversidade de cursos que oferecem, pela configuração de seu alunado e pelos desafios postos ao seu corpo docente, como também pelo protagonismo que parecem assumir nas políticas públicas de educação. Tal protagonismo pode ser mensurado pelo montante de recursos públicos que lhes tem sido destinado.

O aumento e a destinação de recursos para a educação pública são itens constantes da agenda dos que lutam por uma democratização efetiva do sistema de ensino brasileiro. E mesmo que tenha havido um avanço nas últimas décadas, os dados governamentais revelam que ainda temos um longo caminho a percorrer para que a sociedade efetivamente participe do debate sobre como e de que forma estes recursos são utilizados.

Esperamos que este livro possa contribuir para este debate. Para dar conta de nosso objetivo, dividimos este estudo em seis partes, após

a presente, de caráter introdutório, discutimos a reconfiguração do trabalho e da educação no capitalismo contemporâneo, tendo por base a interpretação de István Mészáros (2002) de que houve uma inversão na ideologia de meritocracia que respalda a divisão social do trabalho; não é mais a disposição para o trabalho que prefigura o mérito social, mas, sim, a disposição para a educação continuada. O indivíduo deve se dispor a acompanhar e a se adaptar às mudanças de seu tempo, mesmo que elas lhe sejam desfavoráveis. Ao sistema de ensino cabe a tarefa de formar o tipo humano adequado a esta sociabilidade.

No segundo capítulo traçamos um painel do ensino técnico no Brasil e discorremos sobre a posição de nosso país no sistema capitalista e as dificuldades postas ao domínio da base técnica que possibilita a Revolução Informacional, destacando que mais uma vez o sistema de ensino nacional foi repensado em função da lógica produtiva.

No terceiro capítulo procuramos entender que sentidos a educação assume na atualidade a partir da análise de pesquisadores críticos do campo da educação acerca das políticas públicas de educação, especialmente da reforma do Ensino Médio Técnico. Expomos, ainda, os pressupostos que respaldaram a desvinculação do ensino técnico do Ensino Médio, as reações contrárias que essa ruptura suscitou e o debate que permeou a posterior revogação do Decreto nº 2.208/97 e sua substituição pelo Decreto nº 5.154/04, o qual manteve a legislação infralegal que deu suporte teórico à reforma.

No quarto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa, os quais mostram que o grupo de alunos pesquisado apresenta um perfil que o aproxima das camadas médias e que, longe de rechaçar o Ensino Médio Técnico, parece ver na profissionalização precoce um fator de diferenciação dos alunos que cursam exclusivamente o Ensino Médio. A maioria dos alunos manteve as duas matrículas – uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Médio Técnico – e avalia positivamente a experiência da concomitância interna.

A título de conclusão, afirmamos que as escolas técnicas federais não são e nunca foram escolas de elite porque têm como proposta uma formação para o trabalho, o que, independente das aspirações de seus alunos, vai estabelecer uma socialização diversa da proposta pelas es-

colas de elites; e destacamos que a concepção de educação norteadora da reforma, longe de ter um compromisso efetivo com a democratização do acesso das camadas populares ao sistema de ensino, buscou consolidar a educação profissional como o caminho natural desse estrato social.

Apesar de este trabalho ser de responsabilidade exclusivamente individual, não podemos deixar de citar interlocutores importantes que contribuíram para sua realização: Alicia Bonamino, Donaldo Bello de Souza, Gaudêncio Frigotto, Lucília Lino de Paula, Marise Ramos, Paulo Oliveira, Ralph Bannel, Zaia Brandão, os responsáveis pelas escolas onde foram aplicados os questionários, e os alunos que se dispuseram a participar da pesquisa.

Um agradecimento especial à PUC-Rio, pela bolsa de isenção que viabilizou este estudo, à Faperj, pelo auxílio que propiciou a publicação deste trabalho e, por último e não menos importante, ao professor Leandro Konder, pela generosidade e pela atenção que me dispensou durante o processo de orientação.

Lista de Siglas e Abreviaturas

BID − Banco Interamericano de Desenvolvimento
C&T − Ciência e Tecnologia
CBO − Classificação Brasileira de Ocupações
CEB − Câmara de Educação Básica
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE − Conselho Nacional de Educação
ENEM − Exame Nacional do Ensino Médio
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNDEB − Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IF − Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
JK − Juscelino Kubitschek
MEC – Ministério da Educação
P&D − Pesquisa e Desenvolvimento
PDE − Plano de Desenvolvimento da Educação
PLANFOR − Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD − Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE − Plano Nacional de Educação
PNQ − Plano Nacional de Qualificação
PREAL − Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe

PROEP − Programa de Expansão da Educação Profissional
ProUni − Programa Universidade para Todos
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SM – Salário Mínimo Nacional
TICs − Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... **IX**
PREFÁCIO ..... **XI**
INTRODUÇÃO ..... **XIX**
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS ..... **XXVII**

Capítulo 1 A RELAÇÃO TRABALHO/EDUCAÇÃO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO **1**
1.1 O Cenário 1
1.2 A Solução Neoliberal 3
1.3 A Emergência de um Novo Tipo Humano? 13
1.4 Algumas Considerações 26

Capítulo 2 A POSIÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA CAPITALISTA **29**
2.1 O Brasil e as Três Revoluções Industriais 29
2.2 O Trabalho na Terceira Revolução Industrial 46
2.3 Educação para a Competitividade 58
2.4 Algumas Considerações 64

Capítulo 3 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO **67**
3.1 O Debate 67

3.2 O Ensino Médio..... 74
3.3 Os Pressupostos da Reforma..... 85
3.4 O Decreto nº 2.208, de 17/04/1997..... 97
3.5 O Decreto nº 5.154, de 23/07/2004..... 105
3.6 Algumas Considerações 108

Capítulo 4 – DEMOCRATIZAÇÃO OU CERCEAMENTO? 109
4.1 A Pesquisa..... 109
4.2 Os Argumentos dos Reformadores..... 116
4.3 O Perfil dos Alunos 129
4.4 A Representação dos Alunos de Educação e de Trabalho 137
4.5 Algumas Considerações 148

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 153

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 159